

EDUCAÇÃO FINANCEIRA: A VISÃO DOS JOVENS UNIVERSITÁRIOS SOBRE AS FINANÇAS FAMILIARES

Marcel dos Santos Cabral
KBr Capital
marcelscabral@gmail.com

Fabiula da Silva
UFMS/CPNA
fabiula.silva@ufm.br

Paulo César Schotten
UFMS/CPNA
paulo.schotten@ufms.br

Solange Fachin
UFMS/CPNA
solange.fachin@ufms.br

RESUMO

A educação financeira é o processo em que as pessoas recebem informações, orientações ou formações sobre os comportamentos financeiros a fim de auxiliar os usuários ou consumidores na administração de seus recursos. O objetivo deste artigo foi identificar as características de comportamento financeiro da família de jovens que estudam na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Unidade de Atendimento Setorial de Nova Andradina, pertencentes aos cursos de Administração, Ciências Contábeis e de Tecnologia em Gestão Financeira. Bibliograficamente foi explorado sobre o contexto atual da administração financeira. Metodologicamente trata-se de uma pesquisa descritiva quanto ao seu objetivo e levantamento quanto aos procedimentos técnicos. Foram analisados o conhecimento e o comportamento financeiro do público alvo com base em três fatores: investimento, consumo e conhecimento. Constatou-se que os universitários se preocupam em investir seus recursos e tentam controlar e cumprir os compromissos financeiros assumidos.

Palavras-chave: Conhecimento Financeiro; Comportamento Financeiro; Estudantes Universitários.

1 INTRODUÇÃO

A Educação Financeira é o processo em que as pessoas recebem informações, orientações ou formações sobre os comportamentos financeiros e que ajuda a compreender sobre o assunto. O Banco Central do Brasil (2013) conceitua que a educação financeira é o meio de promover esses conhecimentos e informações sobre comportamentos básicos que contribuem para melhorar a qualidade de vida das pessoas e de suas comunidades. É, portanto, um instrumento para promover o desenvolvimento econômico.

A educação financeira é um tema importante para estudo, refletindo na economia, pois, sendo consumidores educados financeiramente ajudará a ter serviços e produtos adequados as suas necessidades, incentivando a competição e desempenhado um papel de monitoramento de mercado, contribuindo para a eficiência do sistema financeiro.

Neste contexto, demonstrar a importância da educação financeira dos jovens brasileiros é fundamental, sendo essa a motivação da pesquisa, e definindo a pergunta a ser respondida, identificada como: Qual o comportamento financeiro das famílias dos estudantes universitários, na questão da gestão de seus recursos financeiros?

O objetivo é, portanto, identificar as características de comportamento financeiro da família de jovens que estudam na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Unidade de Atendimento Setorial de Nova Andradina.

As contribuições desse estudo estão relacionadas ao contexto negocial e comportamental do jovem brasileiro. No contexto negocial considera-se importante os resultados por apresentar como a família do jovem universitário lida com o dinheiro e, desta forma, as empresas podem desenvolver estratégias específicas para esse nicho de mercado ao passo que no contexto comportamental, entende-se o relacionamento do jovem e como ele está envolvido e preocupado com a evolução financeira, possibilitando desenvolver ações específicas direcionadas à esse público conscientizando-o e direcionando-o a tomar decisões corretas já no início de seu período produtivo.

Para que esse objetivo seja atingido, essa pesquisa está dividida em seções distintas, a saber: A seção um, introdutória apresenta os objetivos e justificativas da pesquisa. A seção dois, traz um contexto atual da educação financeira. A seção três apresenta a metodologia e procedimentos utilizados. A seção quatro apresenta os resultados da pesquisa e as análises dos dados. Por fim, a seção cinco apresenta as considerações finais sobre o tema pesquisado e sobre os resultados alcançados.

2 CONTEXTO ATUAL DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Iniciativas diversas ao redor do mundo têm fomentado a relevância de capacitar as pessoas em questões financeiras. Whortington (2006) cita várias dessas iniciativas como, por exemplo, a criação do “*Office of Financial Education*” pelo Departamento de Tesouro Americano, a criação do programa “*Building a Better Understanding*” e o “*New Zealand Financial Literacy Programme*” na Nova Zelândia e, os programas criados por instituições do Reino Unido, como os que visam capacitar educadores financeiros e os que tendem a elevar o nível de conhecimento financeiro nas comunidades.

No Brasil, embora incipiente ainda, algumas iniciativas têm sido tomadas na tentativa de se aumentar a literacia financeira das pessoas, entendida como o desenvolvimento de habilidade matemática direcionada a compreensão dos termos financeiros (Whortington, 2006). Alguns exemplos nacionais envolvem os Projetos de Lei - PL 6.421 de 2012 e PL 7.318 de 2017 que sugerem alterações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação para incluir como disciplina obrigatória a educação financeira na base curricular dos ensinos fundamentais e médio e, mais recente o Decreto 10.393 de 2020 que institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira - FBEF. Além dessas iniciativas, ações regionais também têm reforçado a relevância desse tema, como por exemplo a publicação da Lei Estadual 5.359 de 1º de julho de 2019, que determina a inclusão do tema de educação financeira no currículo na rede estadual de ensino de Mato Grosso do Sul.

A discussão sobre a educação financeira no Brasil, ganha relevância a medida que o número de famílias com dívida cresce ao longo do tempo. Conforme apurado pela Confederação Nacional do Comércio – CNC, tal número alcançou o valor de 10.952.420 em julho de 2020, o que representa um aumento de 5,8% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Ter dívidas, não é de todo modo um problema quando há capacidade de pagamento, entretanto a mesma pesquisa revelou que para 21,6% das famílias endividadadas, o valor da dívida compromete mais de 50% da renda delas além de atestar que quase 2 milhões de famílias não terão condições de pagar as dívidas em atraso.

Os desafios da educação financeira no Brasil e no mundo vem sendo tema de diversos estudos. Savoia, Saito e Santana (2007) contextualizam que algumas forças propulsoras do crescimento dessas discussões são aquelas que promoveram mudanças fundamentais nas relações econômicas e sociopolíticas mundiais, tais como a globalização, o desenvolvimento tecnológico e alterações regulatórias, que levaram os países desenvolvidos a reduzir seus gastos

com programas de seguridade social, o que os autores chamam de rompimento do paradigma paternalista do Estado. Mais ainda, eles também retratam que a estabilização da moeda provocou transformações que mudaram os aspectos dominantes em questões financeiras, como por exemplo a valorização dos ativos financeiros frente aos bens reais (imóveis, terras e outros) e a ampliação do prazo considerado nas decisões financeiras.

Tratando de tais decisões, a abordagem convencional postula que um indivíduo completamente racional e bem informado irá consumir menos do que tem de renda em períodos de ganhos elevados, realizando poupanças para suportar o consumo quando a renda declinar (Lusardi & Mitchell, 2014). É certo que esse modelo clássico racional vem sendo questionado por trabalhos que revelam a influência das questões psicológicas na tomada de decisão financeira (Barberis & Thaler, 2003; Ritter, 2003).

Ademais, as inovações no mercado financeiro, com a criação e oferta de novos produtos, trazem uma complexidade maior para a tomada de decisões financeiras. Nesse sentido, estudos como o de Fernandes, Júnior e Netemeyer (2014) avaliaram o impacto da educação financeira para o aumento da literacia financeira em questões distintas, tais como: poupança, planejamento da aposentadoria, ausência de dívidas, posse de ações, decisões de investimentos, gestão do fluxo de caixa, atividades em planos de aposentadoria e a inércia financeira, exemplificada em questões de escolhas padrão assim como pagamento de taxas desnecessárias.

Tais autores também relatam que os estudos da área prescrevem o aumento da literacia financeira e a educação financeira como remédios para as pessoas enfrentarem os novos desafios no ambiente financeiro atual, que incluem: o nascimento de produtos exóticos, a expansão do crédito, novas formas de empréstimo e a substituição de contribuições definidas por sistemas que exigem que ele saiba o quanto poupar, onde investir e quanto ele deve ter para manter seus pagamentos na aposentaria.

Outro trabalho, como o de Wisniewski (2011) reforçou a necessidade da educação financeira revelando que tal ferramenta pode permitir o acesso das pessoas à novas formas de investimentos, reforçando o cenário atual de popularização do mercado de capitais, expresso no aumento do número de investidores na Bolsa de Valores, que segundo dados da Brasil, Bolsa e Balcão - B3, saiu de um patamar de 1,6 milhões de CPF's em dezembro de 2019 para 2,8 milhões em julho de 2020.

Em uma visão sobre o endividamento dos indivíduos, Fernandes e Candido (2014)

avaliam se o nível de endividamento está diretamente relacionado com uma educação financeira de qualidade durante a infância e adolescência. Pesquisando alunos de uma pós-graduação de uma grande cidade do Brasil, os autores desenvolveram uma metodologia que considerou a criação de quatro constructos para avaliar o comportamento desses alunos em termos de gestão financeira, os quais envolvem: as informações e a educação como fontes omissas na formação financeira; a disposição para contração de dívidas na aquisição de bens e produtos; o ambiente econômico e político que afetam o nível de endividamento e; as informações das mídias como instrumento de orientação à sociedade na administração das finanças pessoais. O estudo relata que para os pesquisados existe uma grande defasagem no ensino básico em relação às finanças.

Vieira, Bataglia e Sereia (2011), também avaliaram o impacto da educação financeira em estudantes. A partir de uma amostra probabilística, eles aplicaram uma *survey* com 610 alunos dos cursos de graduação das áreas de Administração, Economia e Contabilidade de uma universidade do norte do Paraná. O trabalho dos autores testou três hipóteses para analisar se os alunos da última série desses cursos possuíam maior capacidade de compreensão dos conceitos chave de finanças, maior propensão ao risco e maior noção de segurança, quando comparados aos alunos das séries iniciais. Os resultados indicam que em relação ao risco e a noção de segurança há evidências de que os alunos do último ano tem níveis mais elevados que os do primeiro, sinalizando que os cursos contribuem com a capacitação sobre finanças.

Já Silva, Teixeira e Beiruth (2017) investigaram em outra cidade do interior do Brasil com 83 mil habitantes, qual era o perfil de servidores públicos diante da expressão “educação financeira”. Com uma amostra de mais de 800 servidores, os autores analisaram três constructos validados a partir de uma análise fatorial exploratória, os quais envolvem: a atitude financeira, que trata de questões relacionadas ao planejamento e gerenciamento das finanças; o comportamento financeiro que diz respeito aos pensamentos antes das ações que envolvem questões financeiras e; o conhecimento financeiro que compreende a capacidade adquirida para lidar com questões de finanças. Dentre as conclusões e utilizando técnicas de agrupamento, os autores classificaram os servidores em quatro grupos, retratando que aqueles que mais têm conhecimento sobre endividamento compreende o grupo que é formado por 81% de mulheres, com os participantes tendo idade entre 18 e 39 anos, além de 58% não possuir cursos superior e 36% não ter casa própria.

Os conceitos e resultados das pesquisas relatadas, retratam a importância de se entender a dinâmica da educação financeira em distintas regiões do Brasil, para que ações

específicas possam ser implementadas de modo a aumentar a literacia financeira dos cidadãos.

A seção seguinte apresenta a metodologia usada nesse trabalho.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O método utilizado foi uma pesquisa descritiva e quantitativa. Método, na visão de Lakatos e Marconi (2001) é o conjunto de atividades sistemáticas e racionais que busca minimizar processos e possíveis erros ou interpretações distorcidas, de modo a alcançar os objetivos propostos.

Essa pesquisa é descritiva quanto ao seu objetivo. Pesquisas descritivas são classificadas por Vergara (2000, p. 47) afirmando que as pesquisa descritiva expõe as características de determinada população ou fenômeno, estabelecendo correlações entre variáveis, definindo sua natureza.

Considerando os procedimentos técnicos, essa pesquisa é classificada como levantamento. Gil (2002) descreve que as pesquisas podem ser classificadas como levantamento quando se caracterizam pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer e, nesse caso, procede-se à solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado, para em seguida, segundo o autor, mediante análise quantitativa, obterem-se as conclusões correspondentes aos dados coletados.

Voltado ao método de análise essa pesquisa é quantitativa. Mattar (2001) conceitua que a pesquisa quantitativa busca a validação das hipóteses mediante a utilização de dados estruturados, estatísticos, com análise de um grande número de casos representativos, recomendando um curso final da ação. Na visão do autor, a pesquisa quantitativa quantifica os dados e generaliza os resultados da amostra para os interessados.

Operacionalmente o levantamento foi elaborado através de um questionário de múltiplas escolhas desenvolvido na plataforma *Google Forms*, disponível por 30 dias a partir de 09 de fevereiro de 2019. A aplicação de um inquérito por questionário, método de recolha de dados adotado por vários autores como, por exemplo, Chen e Volpe (1998), apresentam grandes vantagens. Numa primeira fase os seus resultados permitem a identificação das áreas prioritárias de atuação e, em seguida, constituem uma importante ferramenta na elaboração de programas de formação financeira. Como tal, o método de recolha de dados utilizado por este estudo foi à aplicação de um inquérito por questionário. O conjunto de questões foi elaborado para descrever o comportamento financeiro familiar de jovens que estudam em uma

universidade pública. O processo de escolha dos respondentes foi aleatório e os dados foram coletados por meio de questionário estruturado, composto de perguntas fechadas, com opção de resposta de múltipla escolha.

A divulgação do questionário deu-se através da rede social WhatsApp. O público alvo foi aleatório composto por 50 acadêmicos dos cursos de Gestão Financeira, Administração e Ciências Contábeis, pertencente à Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, unidade de atendimento setorial de Nova Andradina, dos quais 29 responderam ao questionário, sendo estes tabulados e considerados na análise da pesquisa. Para fins de análise, apurou-se os resultados apresentados na plataforma *Google Forms* e utilizou-se os dados para montar planilhas e gráficos que direcionaram as conclusões dessa pesquisa.

4 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS

O objetivo da pesquisa foi identificar as características de comportamento financeiro da família de jovens que estudam na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Unidade de Atendimento Setorial de Nova Andradina. Os resultados foram analisados nos respectivos blocos com o intuito de compreender a visão familiar de jovens em relação à questão financeira, nos aspectos de consumo, crédito, investimento e tomada de decisão. A análise buscou identificar o comportamento financeiro das famílias entre as diferentes classes sociais.

A amostra da pesquisa inicial era projetada com 50 jovens, mas apenas 29 responderam. A faixa etária dos respondentes com maior representatividade foi abaixo de 25 anos, com 62,1% seguido de 20,7% na faixa de 25 a 34 anos e 10,3% acima de 34 anos e 6,9% entre 35 e 44 anos. Na questão do gênero, a amostra foi representada por 69% do gênero feminino ao passo que a representatividade do gênero masculino foi de 31%. Já em relação ao estado civil, 62,1% são solteiros, 27,6% são casados. Em união estável e divorciados representam 10,3% da amostra pesquisada. Em relação ao grupo na residência, 79,3% afirmam ainda morar com a família e os demais 20,7% dividem-se em morar sozinho, com colegas e/ou outras opções.

Por fim, a pesquisa foi realizada com os acadêmicos das turmas de Gestão Financeira, Administração e de Ciências Contábeis do câmpus de Nova Andradina, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Destes, 24% apresentaram cursar o 1º ano do curso, 44% afirmaram estar no 2º ano e 32% afirmaram estar no ano final (4º ano). A pesquisa não apresentou representatividade de alunos no 3º ano do curso. Dos respondentes 68% estudam no

período noturno ao passo que 24% afirmam estar em período integral e 8% afirmam estudar no período matutino.

4.1 Adequação à classe social

Entende-se por classe social o representado pelo IBGE (2019), conforme disposto na tabela 1.

Tabela 1 - Distribuição das famílias brasileiras por renda, segundo POF IBGE 2017/2018.

Classe	Enquadramento
Classe A	Acima de 15 salários mínimos
Classe B	De 10 até 15 salários mínimos
Classe C	De 5 até 10 salários mínimos
Classe D	De 2 até 5 salários mínimos
Classe E	Até 2 salários mínimos

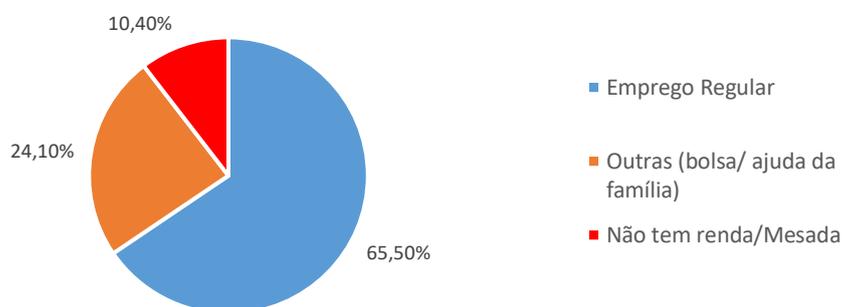
Fonte: IBGE (2019)

Para efeitos dessa pesquisa, utilizou-se a Tabela 1 como parâmetro para classificar as famílias dos pesquisados. Dentre as respostas obtidas, 69% afirmaram enquadrar-se na classe D, 24% identificaram-se como pertencentes à classe E e 7% pertencentes à classe B. A classe A e a classe C ficaram sem representatividade na amostra trabalhada.

4.2 Fontes de renda e investimentos

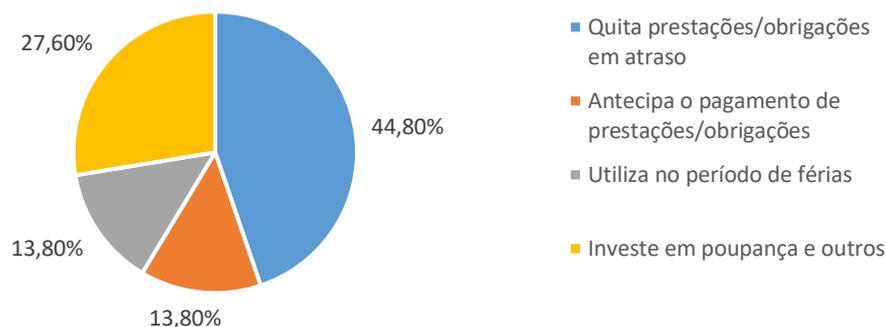
A primeira questão para compreender o comportamento financeiro do respondente e família buscou identificar apoio e recursos recebidos pelo estudante. Foi constatado que 79,3% dos respondentes não possuem bolsa ou financiamento estudantil pela universidade, e os demais afirmam ter algum tipo de apoio distribuído entre o FIES, bolsa pela universidade ou estar participando através de vagas do PROUNI. Ao ser perguntado sobre qual a principal fonte de renda, como pode ser visto no gráfico 1, a principal fonte de renda dos respondentes vem de emprego regular, seguido de outras fontes (bolsa e ajuda da família).

Gráfico 1 - Fonte de renda



Outra questão realizada foi saber como a família do pesquisado usa seus recursos, com foco em investimentos. A utilização, incluindo os tipos de investimentos que são realizados estão demonstrados no gráfico 2. Nota-se que 44,8% dos respondentes utilizam seus recursos para quitar prestações e/ou obrigações em atraso, 13,8% antecipa prestações e o mesmo percentual afirma utilizar no período de férias. Dos respondentes apenas 6,9% dizem investir os recursos em poupança ou previdência e 20,7% afirmam investir em outros itens que não as especificadas.

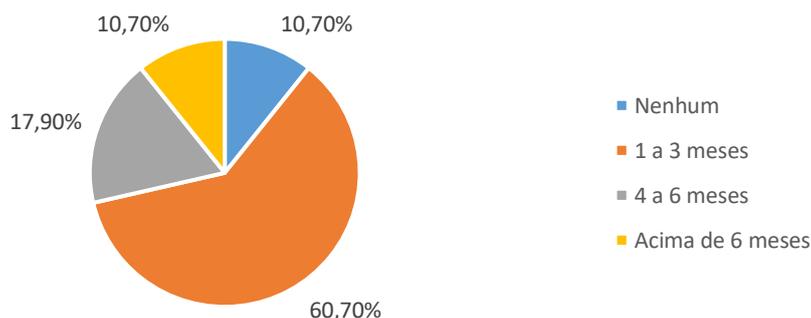
Gráfico 2 – Tipos de investimentos realizados pelas famílias dos pesquisados.



Ressalta-se que também foi perguntado se a família do respondente reserva parte de sua renda mensal, além do INSS para complemento de aposentadoria. Nesse quesito, 72,4% afirmaram não haver essa ação, 17,2% disseram não saber responder se a família faz esse tipo de reserva e apenas 10,3% afirmaram haver algum tipo de investimento nesse sentido.

Por fim, foi perguntado ao respondente se, no caso de perda total da fonte de rendimentos da família, por quantos meses a família conseguiria manter seu atual padrão de vida, os dados obtidos, uma vez tabulados estão apresentados no gráfico 3.

Gráfico 3 - Tempo de manutenção com reserva de rendimentos



O gráfico 3 mostra que, se a família do respondente perdesse sua renda, 10,7% da não conseguiriam sobreviver nem ao primeiro mês, 60,7% conseguiria sobreviver entre um a três meses e os demais (28,6%) conseguiriam sobreviver a um período superior a 3 meses.

4.3 Processo de compra e relação com o dinheiro

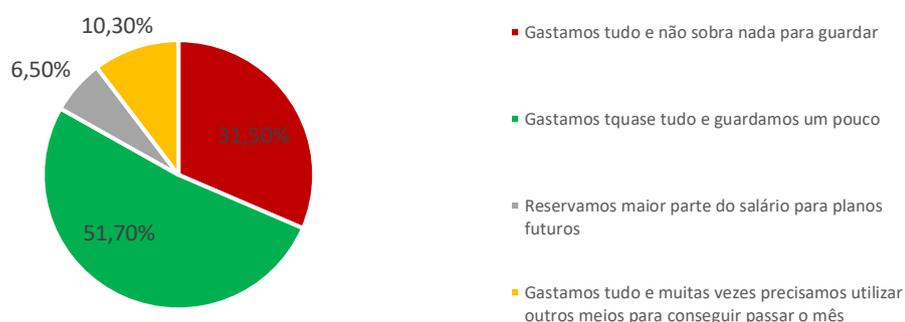
Para entender a relação da família com o processo de compra e dinheiro, necessário se fez entender em duas vertentes que serão apresentadas a seguir. Alguns aspectos estão relacionados ao próprio respondente ao passo que outros vinculam as ações da família.

Começou-se por identificar se o respondente entendia de finanças pessoais e, dos respondentes, 65,5 % afirmaram sim, entender de finanças pessoais ao passo que 34,5% reconhecem não entender desse processo. Dos respondentes que afirmaram entender de finanças pessoais, 47,8 % afirmam ter aprendido na universidade, 17,4% afirmam ter aprendido sozinho, 4,4% dizem ter aprendido na escola e 21,7% disseram ser de outras formas que não as especificadas na pesquisa. Destes, 8,7% apenas dizem ter aprendido com a família.

Para dar subsidio a questão de pesquisa, foi questionado se o respondente interfere nas decisões relativas à renda e ao consumo familiar, quer seja decisões de compra, investimentos, créditos, etc. Uma vez tabulada a pesquisa, constatou-se que 55,2% influencia nesse processo, 31% dizem que as vezes procuram influenciar e apenas 13,8% afirmam não ter essa influência. Dos respondentes, 65,5% afirmam fazer acompanhamento de gastos mensais ao passo que, então, 34,5% não tem esse hábito de acompanhamento.

Foi questionado também sobre o planejamento de compra e, nesse caso, 24,1 % dos respondentes afirmaram que planejam com antecedência, 31 % buscam aproveitar promoções e 44,8% afirmam que as compras familiares são voltadas ao atendimento de necessidades. Essa análise leva a uma outra questão que tratava sobre como a melhor forma de descrever a relação da família com o dinheiro e, uma vez tabuladas as respostas, estão apresentadas no gráfico 4.

Gráfico 4 - Relação da família com o dinheiro



Como pode ser observado no gráfico 4, 34,5% dos respondentes afirmam gastar tudo e não sobra nada de recursos para guardar, 51,7% dos respondentes afirmam que sua família gasta quase tudo que ganha e guarda pouco recurso, 10,3% gasta além do que ganha e precisa utilizar-se de outros meios para fazer frente a suas obrigações, não especificando quais seriam esses meios e, por fim, ressalta-se que apenas 3,5% afirmam reservar maior parte do salário para planos futuros.

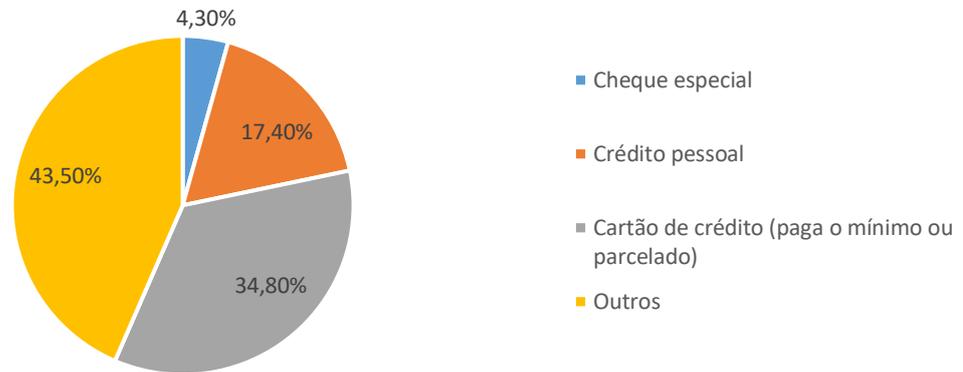
4.4 Endividamento

No estudo sobre o endividamento das famílias, foi questionado o respondente sobre como ele considera a situação do endividamento atual da sua família e neste caso, 79,3% afirmam ter a situação sob controle, 10,3 % dizem que as dívidas familiares são excessivas, ou seja, a família possui muitas dívidas e esse mesmo percentual (10,3%) não possuem dívidas familiares.

Uma vez questionados sobre qual o tipo de dívida que a família tem atualmente, os respondentes afirmaram, como pode ser visto no gráfico 5, 34,8% afirmam que suas dívidas estão no cartão de crédito, pagando o mínimo ou parcelamento, 17,4% afirmam ser dívidas de crédito pessoal e 4,3% possuem dívidas em cheque especial. Ressalta-se também, com base no

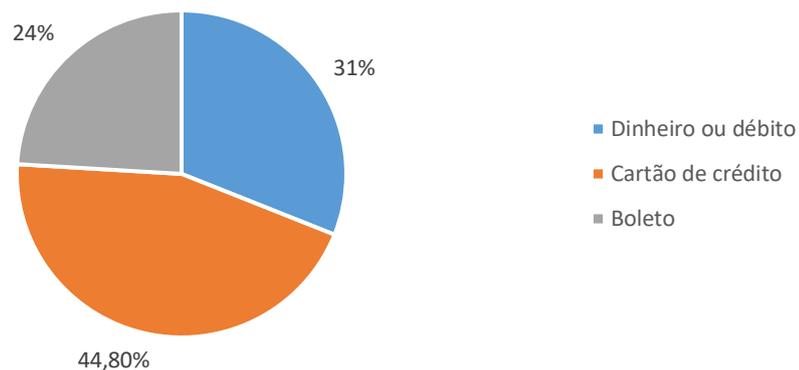
gráfico 5, que 43,5% afirmaram ter outros tipos de dívidas, não especificados nas opções da pesquisa.

Gráfico 5 Tipo de dívidas das famílias pesquisadas



Perguntado qual a forma de pagamento a família costuma utilizar com mais frequência para adquirir produtos e serviços, como visto no gráfico 6, 44,8 % dos respondentes afirmam efetuar suas compras através de cartão de crédito, 24,1% compram no boleto e 31% afirmam comprar no cartão de débito ou no dinheiro.

Gráfico 6 - Forma de pagamento por aquisição de produtos e serviços



4.6 ANÁLISE GERAL DA PESQUISA

Considerando a importância da educação financeira, este estudo conseguiu atingir seu objetivo de identificar as características de comportamento financeiro da família de jovens que

estudam na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Unidade de Atendimento Setorial de Nova Andradina.

Nota-se algumas variáveis interessantes da pesquisa. A primeira foi a concentração de respostas em número considerável classificando as famílias como pertencentes a classe C e D. Embora trata-se de uma universidade pública, localizada no interior do Estado, esse número foi surpreendente abrindo um questionamento sobre a classe social dos alunos que frequentam universidade pública em especial as localizadas no interior, como é o caso da universidade objeto dessa pesquisa.

Outro ponto é o índice de endividamento. A pesquisa mostra uma prevalência de endividamento em classes D e E, enquanto a classe B apresenta não estar com dívidas no momento da pesquisa. Esse dado também é surpreendente pois contraria números apresentados pelo levantamento periódico da Confederação Nacional do Comércio (CNC, 2020) que revelou que em abril de 2019 o índice de famílias endividadas atingiu o patamar de 62,7% após quatro altas consecutivas atingindo naquela data o maior patamar desde setembro de 2015. Mais ainda a mesma pesquisa revelou que o percentual de famílias inadimplentes saiu de 23,4% em março de 2018 para 23,9% em abril de 2019, além de revelar que o endividamento ocorre mais com a população de baixa renda, classificada pela pesquisa como aquelas famílias que ganham até 10 salários mínimos, onde o índice de endividamento alcançou 63,9% enquanto nas famílias com renda acima de 10 salários mínimos o índice de endividamento caiu de 58,3% em março de 2019 para 57,5% em abril de 2019.

Na questão de investimentos, considerando-se qualquer tipo de investimentos, os respondentes em todas as classes fazem algum tipo de investimento. Esse número apurou apenas se faziam ou não investimento, mas não aprofundou quais tipos e o tempo em que esse capital fica investido. De qualquer forma, vale o estudo e o apontamento de que, mesmo em classes com menor poder econômico, como identificado nas classes D e E há, mesmo que de forma incipiente alguma forma de investimento.

A forma de compra é apresentada e identifica que independentemente de classe social ou de se ter ou não dívida contraída há uma ação voltada a comprar à crédito nas famílias pesquisadas. Isso pode ser caracterizado por uma política governamental de incentivo ao crédito adotado após períodos de crises econômicas, mas especificamente a crise de 2009 (ver relatório CEPAL, 2013).

Por fim, o ponto mais preocupante dos resultados refere-se a forma como o pesquisado é preparado para o mercado financeiro e gestão de finanças. A pesquisa mostra que há poucas ações da família nesse sentido, bem como as escolas em seus estágios iniciais não tem dado devida atenção a essa preparação. Esse papel fica então para as Universidades que vem atingindo, de certa forma, a maioria dessa população pesquisada.

A atenção a educação financeira vem tomando força nas escolas em anos iniciais em busca de reverter essa situação e preparar melhor o jovem no contexto financeiro. Prova disso são estudos do Ministério da Educação e Cultura - MEC (2020) em favor da implantação da cultura e conteúdos focados em gestão financeira através de estudos em grupos de apoio pedagógico.

Independentemente das ações focadas na educação financeira para jovens e adultos serem realizadas em âmbito do ensino fundamental ou universitário, precisa ser estabelecido programas sociais que focam a formação da família nesse contexto, devendo partir do poder público, em todas as esferas a preocupação, incentivo e desenvolvimento de ações que visem a reversão desse quadro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do estudo foi conhecer o comportamento financeiro de família de jovens universitários, tendo como amostra estudantes universitários matriculados nos cursos de Gestão Financeira, Administração e Ciências Contábeis, no câmpus de Nova Andradina, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Este estudo justifica-se devido à escassez de pesquisas de campo relacionadas ao tema e de sua relevância social e acadêmica, visto que a pessoa tem suas vidas afetadas pelas decisões de natureza financeira, por exemplo, ao optarem por consumir no presente ao invés de poupar ou, ainda, ao antecipar o consumo futuro através da contratação de financiamentos ou empréstimos.

A ideia é que, após um breve estudo sobre a educação financeira dos jovens, abre-se caminhos para um conhecimento maior sobre esse tema muito importante para a vida das pessoas e espera-se que com esse conhecimento as pessoas possam melhorar sua qualidade de vida e pensar no seu futuro. Sobre ações dessa natureza é importante compreender a forma de como ocorrem às escolhas, as quais são, os conceitos que as pessoas detêm para essas tomadas

de decisões e, principalmente, se a educação pode, e de que maneira, colaborar na qualidade de suas ações.

O estudo mostra como é essa relação da família e traz algumas preocupações que são destacadas no corpo do trabalho como por exemplo a forma deficiente de preparo do jovem para atuar na gestão financeira pessoal e o endividamento das famílias. Por fim, considerando que as finanças pessoais desempenham um papel importante na melhoria da qualidade de vida, pesquisa futuras devem se concentrar na busca de respostas efetivas para melhorar os níveis de conhecimento financeiro pessoal e a habilidade para lidar com as questões financeiras.

Como limitações dessa pesquisa, evidencia-se uma amostra muito pequena, o que pode causar algum viés no resultado, quando aplicado a populações maiores, além de que, mais variáveis poderiam ser imputadas ao trabalho, dando uma visão ainda mais ampla desse comportamento. Outro ponto que pode ser destacado é que as respostas obtidas não passaram por aprofundamentos, sendo trabalhadas da forma como foram respondidas e, algumas variáveis, para melhor compreensão podem ser exploradas com mais profundidade.

Fica então como recomendações para estudos futuros, uma ampliação da amostra estudada para novos cursos e/ou para outros *campi*, fazendo um estudo comparativo. Sugere-se também o aprofundamento das variáveis apresentadas nessa pesquisa em busca da elucidação de alguns porquês que remetem ao comportamento apresentado.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Caderno de educação financeira gestão de finanças pessoais. **BANCO CENTRAL DO BRASIL**, 2013. Disponível em:

<https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/caderno_cidadania_financeira.pdf>. Acesso em: 21 setembro 2019.

BARBERIS, N.; THALER, R. A survey of behavioral finance. **handbook of the Economics of Finance**, 1, 2003. 1053-1128.

BRASIL. Projeto de Lei 3.421/2012. **Câmara dos deputados**, 2012. Disponível em:

<<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=537013>>.

Acesso em: 15 Agosto 2020.

BRASIL. Projeto de Lei 7.318/2017. **Câmara dos deputados**, 2017. Disponível em:

<<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2128440>>.

Acesso em: 15 Agosto 2020.

BRASIL. Decreto 10.393 de 9 de junho de 2020. **Planalto**, 2020. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10393.htm#art10>.

Acesso em: 15 Agosto 2020.

CAGNIN, F.; FREITAS, M. C. P. D. A experiência brasileira com a tributação das transações econômicas. **CEPAL**, 2013. Disponível em:

<https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/37945/1/LCbrsR288_pt.pdf>. Acesso

em: 23 junho 2020.

CHEN, H.; VOLPE, R. An analysis of personal financial literacy among college students.

Financial services review, 7, n. 2, 1998. 107-128.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO. CNC. **Portal CNC**, 2020. Disponível

em: <<http://www.cnc.org.br/editorias/economia/pesquisas/pesquisa-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumidor-peic-julho-0>>. Acesso em: 16 Agosto 2020.

FERNANDES, A. H. D. S.; CANDIDO, J. G. Educação financeira e nível do

endividamento: relato de pesquisa entre os estudantes de uma instituição de ensino da cidade de São Paulo. **Revista Eletrônica Gestão e Serviços**, 52, n. 2, 2014. 894-913.

FERNANDES, D.; LYNCH J., J. G.; NETEMEYER, R. G. Financial literacy, financial education, and downstream financial behaviors. **Management Science**, 60, n. 8, 2014. 1861-1883.

FLORES, S. A. M.; VIEIRA, K. M.; CORONEL, D. A. Influência de fatores

comportamentais na propensão ao endividamento. **Revista de Administração FACES Journal**, 12, n. 2, 2013.

GIL, C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. D. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LUSARDI, A.; MITCHELL, O. S. The economic importance of financial literacy: theory and

evidence. **Journal of Economic Literature**, 52, n. 1, 2014. 5-44.

MATO GROSSO DO SUL. Lei 5.360 de 1º de julho de 2019. **Diário Oficial - MS**, 2019.

Disponível em:

<https://www.spdo.ms.gov.br/diariodoe/Index/Download/DO9933_02_07_2019>. Acesso em: 15 Agosto 2020.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing**. 3. ed. São Paulo: [s.n.], 2001.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portal MEC. MEC, 2020. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/35987-educacao-financeira>>. Acesso em: 23 junho 2020.

RITTER, J. Behavioral finance. **Pacific-Basin finance journal**, 11, n. 4, 2003. 429-437.

SAVOIA, J. R. F.; SAITO, A. T.; SANTANA, F. D. A. Paradigmas da educação financeira no Brasil. **Revista de Administração Pública - RAP**, 41, n. 6, 2007. 1121-1141.

SILVA, R. D.; TEIXEIRA, A.; BEIRUTH, X. Finanças pessoais e educação financeira: o perfil dos servidores públicos de um município do Centro-Oeste brasileiro. **Revista UNEMAT de Contabilidade**, 5, n. 10, 2017.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3. ed. Rio de Janeiro: [s.n.], 2000.

VIEIRA, S. F.; BATAGLIA, R. T. M.; SEREIA, V. J. Educação financeira e decisões de consumo, investimento e poupança: uma análise dos alunos de uma universidade pública do norte do Paraná. **Revista de Administração da UNIMEP**, 9, n. 3, 2011. 61-86.

WISNIEWSKI, M. L. G. A importância da educação financeira na gestão das finanças pessoais: uma ênfase na popularização do mercado de capitais brasileiro. **Revista Intersaberes**, 6, n. 11, 2011.

WORTHINGTON, A. C. Predicting financial literacy in Australia. **Financial Services Review**, 15, n. 1, 2006. 59-79.